

política

Ex-ministro da Educação é preso em operação da PF

Ação ocorre em investigação sobre prática de tráfico de influência

/ POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal (PF) prendeu, na manhã de ontem, o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e pastores suspeitos de montar um gabinete paralelo para liberação de verbas dentro do MEC.

As prisões ocorreram no âmbito da operação policial Acesso Pago, que investiga a prática de influência e corrupção para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação.

Com base em documentos, depoimentos e relatório final da investigação preliminar sumária da Controladoria-Geral da União, reunidos em inquérito policial, foram identificados possíveis indícios de prática criminosa para a liberação das verbas públicas.

Ribeiro pediu demissão do cargo no fim de março após se tornar alvo de grande pressão com a revelação de indícios de um esquema informal de obtenção de verbas envolvendo dois pastores sem cargo público.

Prefeitos apontaram que uma espécie de balcão de negócios no MEC seria operada pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ligados ao presidente Jair Bolsonaro (PL), e priorizava a liberação de valores para gestores próximos a eles e a prefeituras indicadas pelo Centro, bloco político de sustentação



Milton Ribeiro e pastores são suspeitos de montar gabinete paralelo

ao governo federal.

Na ocasião, Bolsonaro afirmou, durante uma live no YouTube no dia 24 de março, que “colocaria a cara no fogo pelo ministro Milton Ribeiro”. A fala do presidente ocorreu aos 22min10s da transmissão.

Ontem pela manhã, em entrevista à Rádio Itatiaia, o presidente se manifestou sobre a prisão do ex-ministro. “Se a PF prendeu, tem um motivo. Ele que responda pelos atos deles”, falou Bolsonaro à emissora.

Bolsonaro disse que Ribeiro mantinha “conversa informal demais com pessoas de confiança dele” e que isso pode ter o prejudicado. O presidente disse que a operação “Acesso Pago” mostra que a Polícia Federal está trabalhando sem interferência do governo.

As ordens judiciais foram emitidas pela 15ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal, após declínio de competência à Primeira Instância. A investigação corre sob sigilo.

Foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão e 5 prisões nos estados de Goiás, São Paulo, Pará, além do Distrito Federal. Outras medidas cautelares diversas, como proibição de contatos entre os investigados e envolvidos, também foram efetuadas.

O crime de tráfico de influência tem pena prevista de 2 a 5 anos de reclusão. São investigados também fatos tipificados como crime de corrupção passiva (2 a 12 anos de reclusão), prevaricação (3 meses a 1 ano de detenção) e advocacia administrativa (1 a 3 meses).

Detenção de Milton Ribeiro reativa pedido de CPI do MEC no Senado

A prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro reacendeu no Senado movimento para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Senadores de oposição e críticos à atuação de Ribeiro tentam coletar assinaturas para a abertura da CPI do MEC, destinada a investigar suspeitas de desvios na pasta. Como revelou o Estadão, Ribeiro e dois pastores mantinham um gabinete paralelo no ministério.

Prefeitos relataram terem recebido pedido de pagamento de propina em troca de agendas no MEC e liberação de recursos da educação.

Os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos, que estão no centro das suspeitas, também são alvos de buscas da polícia. No Senado, o

líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), começou a coletar assinaturas para a CPI em março, após a revelação do caso. O pedido depende do apoio formal de 27 senadores e de uma decisão do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Até o momento, 24 senadores assinaram o requerimento e um declarou que vai se juntar ao grupo, de acordo com Randolfe. A prisão reforçou as suspeitas de crimes envolvendo os gastos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). “Lembrando aqui os senadores que já assinaram a #CPIdoMEC e reforçamos: faltam apenas DUAS assinaturas!”, escreveu o líder da oposição no Twitter.

‘Prisão injusta, desmotivada’, reage defesa do antigo titular do MEC

A defesa do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, alvo de mandado de prisão na Operação Acesso Pago, classificou a ordem de preventiva contra o aliado do presidente Jair Bolsonaro como “injusta, desmotivada e indiscutivelmente desnecessária”. A afirmação é do criminalista Daniel Bialski, que assumiu a defesa de Ribeiro.

O advogado informou ainda que já pediu acesso aos autos da investigação, que corre sob sigilo, para entrar com habeas corpus. A defesa busca o “reconhecimento da coação ilegal imposta”, argumentando que os fatos que motivaram a prisão “são pretéritos e sem contemporaneidade”.

A prisão de Ribeiro, preven-

tiva - sem data para acabar - foi determinada pelo juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, no âmbito da investigação sobre o chamado gabinete paralelo instalado na pasta, com favorecimento de pastores na distribuição de verbas - caso revelado pelo Estadão. Borelli determinou que, assim que a ordem fosse cumprida, o ex-ministro seja levado para a Superintendência da Polícia Federal em Brasília. A audiência de custódia está prevista para as 14h de hoje. A defesa pediu à Justiça que o ex-ministro não seja transferido em Brasília e possa permanecer custodiado no Estado de São Paulo até uma audiência por videoconferência.

Campanha quer estimular ‘zeladoria’ dos espaços públicos em Porto Alegre

/ URBANISMO

Bruna Suptitz

politica@jornaldocomercio.com.br

“O prefeito de uma cidade tem que cuidar de muitas coisas. E o primeiro dever é cuidar do dia a dia da cidade”, declarou Sebastião Melo (MDB), que ocupa o cargo em Porto Alegre, no lançamento da campanha institucional “A gente vive. A gente cuida”.

A proposta é mobilizar a sociedade a contribuir com a chamada “zeladoria” dos espaços públicos, em especial o lixo - “cidade limpa é aquela que ninguém suja”, disse o vice-prefeito Ricardo Gomes (PL) parafraseando Melo. Faz parte da campanha

o incentivo ao cuidado das áreas privadas, como pintura e manutenção das fachadas de prédios para “embelezar” a paisagem.

Essa passa a ser a marca do governo Melo a partir de agora até o fim da gestão. Durante 30 meses o poder público vai divulgar conteúdo de mídia com dicas sobre as ações que podem ser feitas pela população. Vídeos e vinhetas serão reproduzidos na mídia e o prefeito pede ainda a parceria de entidades para divulgar o material. Citou como exemplo o almoço semanal Tá na Mesa, da Fedrasul: “se aceitar rodar o filme da campanha antes, vai ser uma baita ajuda”.

Um exemplo do que será divulgado é da separação do re-

síduo em casa, antes de levar o saco de lixo para a rua para que o caminhão recolha. A contaminação do resíduo, que é quando um material que poderia ser reciclado entra em contato com material orgânico ou lixo de banheiro, é o principal fator para o baixo índice de reciclagem em Porto Alegre. Segundo o prefeito, das mais de 300 toneladas recolhidas diariamente pelo DMLU, cerca de 50 chegam aos galpões de triagem. O número fica ainda menor se considerar o que é de fato encaminhado para a ponta final da cadeia de reciclagem.

Para o setor privado, Melo cobrou mais engajamento nos moldes de parcerias já em andamento - o principal exemplo é das

empresas que adotam e fazem a manutenção de canteiros e viadutos. O gestor quer o mesmo comprometimento de outros prestadores que firmam contratos com a prefeitura. “Queremos o padrão Cootravipa”, disse, citando a cooperativa responsável por varrer as ruas e coletar o resíduo reciclável, que adotou quatro espaços públicos.

Assunto antecipado pela coluna Pensar a cidade, no **Jornal do Comércio**, no início do governo, em janeiro de 2021, o projeto do “IPTU verde” deve chegar em breve ao Legislativo com a proposta de desconto no imposto de quem adotar práticas de sustentabilidade na sua edificação - não foi detalhado quais critérios se-

rão considerados nem o desconto previsto.

Outro exemplo de medida que a população será incentivada - e mesmo cobrada - a praticar é a manutenção das calçadas - a lei prevê que esse cuidado é de responsabilidade do imóvel em frente a ela. “Fazer com dinheiro público é mais caro”, alegou o prefeito.

Também falaram sobre a campanha o gari Marcelo da Silva Melgarejo, responsável pela limpeza das ruas do Centro Histórico, e a “prefeita” do Parque Reserva do Açungui, Lissandra dos Santos Thomsem. O evento de lançamento da campanha aconteceu ontem pela manhã, na Cinemateca Capitólio.